

GUARDIÃO DA DEMOCRACIA E DIREITOS HUMANOS | www.cddmoz.org

Quinta-feira, 23 de Fevereiro de 2022 | Ano III, n.º 16 | Director: Prof. Adriano Nuvunga | Português

Resposta ao extremismo violento no norte de Moçambique: falta coordenação entre os sectores humanitário, de desenvolvimento e da paz

• A existência de harmonização, coordenação e complementaridade entre os actores que trabalham nos sectores humanitário, de desenvolvimento e da paz (o chamado Triplo Nexo HDP) constitui um pressuposto fundamental para que um conflito não seja intratável, à semelhança do que acontece, por exemplo, na Somália. Um estudo realizado pelo CDD sobre o estado de implementação do Triplo Nexo em Cabo Delgado concluiu que, na resposta ao extremismo violento, há uma falta de coordenação entre os três pilares – Humanitário, Desenvolvimento e Paz.





Por exemplo, no sector Humanitário, a assistência é feita através de *clusters* (grupos): *cluster* da segurança alimentar, cluster da nutrição, cluster da saúde, cluster do abrigo... Até Setembro de 2022 havia no *cluster* da saúde 19 organizações, mas apenas nove (09) partilhavam informações do que estavam a fazer e algumas das que partilhavam davam informações superficiais", lê-se no estudo apresentado em Novembro de 2022 em Pemba, capital da província de Cabo Delgado.

Face à ausência de um mecanismo formal de coordenação, surgem esforços informais, mas que não têm resultado numa coordenação efectiva. Por exemplo, os parceiros que trabalham no *sub-cluster* da violência baseada no género alegam que não têm acesso às vítimas do extremismo violento nem às vítimas das Forças de Defesa e Segurança (FDS) para lhes prestar o apoio necessário. Como resultado, as FDS aproveitam-se da falta de coordenação entre os sectores humanitário, de desenvolvimento e paz recusem-se a dar às vítimas da violência baseada no género o acesso à assistência humanitária.

Apresentado pelo Director Executivo do CDD,

Prof Adriano Nuvunga, o estudo revela uma outra consequência da coordenação entre os sectores do Triplo Nexo HDP, designadamente a resistência ao trabalho conjunto de abordagem das razões do conflito. "Isto resulta na dificuldade de haver um ponto comum sobre as possíveis causas do conflito, que até variavam de documento em documento. A falta de discussão consensualizada fragiliza também a possibilidade de coordenação, harmonização e complementaridade na resposta ao conflito".

A complementaridade tem duas dimensões: i) a dimensão de compreender o que cada organização da sociedade civil faz; ii) a dimensão de como essas organizações podem trabalhar juntas sem que cada uma perca o escopo do seu mandato.

Outra dificuldade de aplicação do triplo nexo reside na atitude das FDS em relação às vítimas do conflito: reportam-se violações sistemáticas e abusos de direitos humanos das pessoas. "Aponte-se igualmente a sobreposição de competências entre o Governo Provincial e a Secretaria de Estado, porque cada uma destas entidades quer mostrar que executa mais actividades do





que a outra no mesmo sector. Estas são algumas das causas que afectam as organizações da sociedade civil, organizações internacionais e agências das Nações Unidas que entram em competição por recursos em prejuízo da harmonização, coordenação e complementaridade".

O estudo destaca "progressos importantes" na abordagem do conflito, no sentido de o Governo passou a considerar, não só a resposta militar, mas também uma resposta de desenvolvimento e até de paz. Ainda assim, reconhece o documento, a posição do Governo ainda incide sobre a via militar, num contexto em que as próprias FDS enfrentam desafios em termos de capacidade para enfrentar o problema. E mais: o País enfrenta uma crise socioeconómica, de governação e resiliência. Trata-se de crises que não são atendíveis apenas militarmente, pois exigem outras valências que só são possíveis de abordar numa perspectiva de Triplo Nexo HDP que, infelizmente, não está a funcionar.

Enquanto as actividades em curso no sector Humanitário ressentem-se da falta de coordenação, as do sector de Desenvolvimento estão relegadas a uma agência regional (ADIN – Agência de Desenvolvimento Integrado do Norte) que não tem dinheiro. "Os financiadores, por razões de credibilidade e confiança, acabam financiando as agências estrangeiras, em vez de financiarem as agências nacionais que, por um lado, estão mais próximas das comunidades e, por outro, reforçariam o poder existencial do Estado para enfrentar a crise. Neste momento está-se a resolver um problema criando outro, que pode ser maior, pois pode transformar este conflito num conflito intratável".

Como recomendações para o Governo, o estudo destaca o seguinte: i) O Governo deve criar um mecanismo institucional inclusivo para a coordenação dos sectores Humanitário, de Desenvolvimento e da Paz; ii) O Governo deve criar meios logísticos necessários para garantir a segurança de todos os actores estatais e não estatais que queiram fazer trabalho em Cabo Delgado; iii) O Governo deve permitir que as organizações não-governamentais e religiosas que actuam em Moçambique estabeleçam contactos com as lideranças dos grupos extremistas; iv) Mobilizar fundos para aumentar os investimentos nos sectores Humanitário e de Desenvolvimento; v) Reforcar a capacidade combativa das FDS (treinamento, motivação, remuneração, alimentação); vi) disponibilizar meios de resgate e transporte das pessoas nas zonas afectadas pelos ataques.

Aos parceiros do Governo, o estudo recomenda o seguinte: i) As agências internacionais devem equilibrar o financiamento para os sectores humanitário, de desenvolvimento e da paz através da alocação de recursos de forma equitativa e coordenada para evitar a duplicação de esforços; ii) Tornar os clusters temáticos do sector Humanitário em mecanismos mais eficazes de coordenação de actividades, desde a planificação até à execução no terreno, e estender o sistema de *clusters* para os pilares de Desenvolvimento e Paz; iii) Assessorar e fiscalizar o Governo na implementação de projectos levados a cabo pela ADIN; iv) Mobilizar mais apoio logístico e financeiro para a região norte de Moçambique para promover um desenvolvimento inclusivo e sustentável; v) Apoiar as organizações da sociedade civil locais e de base comunitária com

financiamento e capacitação técnica para o desenvolvimento de actividades de resposta ao extremismo violento.

Para a sociedade civil, o estudo recomenda: i) Desenvolver pesquisas para identificar as raízes do extremismo violento, bem como os mecanismos para a sua prevenção; ii) Promover iniciativas para fortalecer a resiliência das comunidades à radicalização e fortalecer a contenção ao radicalismo violento; ii) Fazer a fiscalização externa e auditoria social às acções do Governo; iii) Defender e promover os direitos humanos; iv) Criar iniciativas de denúncia de casos de violência baseada no género.

Reforçar a ADIN com recursos humanos, financeiros e com autonomia administrativa e intelectual

Depois da apresentação do estudo, o Director da OXFAM Moçambique, Romão Xavier, fez uma intervenção na qual destacou a necessidade da resposta ao extremismo violento em Cabo Delgado incluir, no âmbito do Triplo Nexo HDP, a abordagem Resiliência, Reabilitação e Direitos (abordagem RRR, em inglês). Esta abordagem parte do princípio de que os conflitos e choques ligados às alterações climáticas são mais frequentes e intensos, levando à pobreza e desigualdade, agravando a vulnerabilidade das pessoas.

Por isso, a ajuda humanitária, os programas de desenvolvimento e a construção da paz devem ser implementados, não como processos isolados, mas interligados, criando sinergias para, desse modo, tirar as pessoas da situação de pobreza. "As sinergias criam uma mudança a longo prazo, uma mudança sustentável, tendo em conta a resiliência, a reabilitação e os direitos das pessoas. Assim, a recomendação da OXFAM neste âmbito do Triplo Nexo é criar resiliência em programas de desenvolvimento para reabilitar as pessoas, baseando-se nos seus direitos (abordagem RRR)".

Falando sobre a ADIN, Romão Xavier disse tratar-se de uma instituição do Estado que tem um mandato bem desenhado no papel. "Mas mais importante de tudo é sair do papel e saber do que está no papel o que é que está sendo implementado. Numa abordagem do Triplo Nexo, a ADIN teria um papel extremamente importante, nomeadamente de coordenar, enquanto entidade estatal, as acções dos sectores Humanitário, de Desenvolvimento e da Paz. Mas para isso tem que ser fortalecida em recursos humanos e financeiros, em autonomia administrativa e intelectual".



O Director da OXFAM do papel dos projectos de exploração de recursos e das corporações multinacionais. "Qual é o papel dos projectos e das corporações? Há muitos conflitos pelo mundo devido a esses projectos. As corporações são economicamente muito fortes, algumas vezes mais fortes do que os Estados, de modo que é importante abordar este assunto".

Em relação aos actores não estatais internacionais, Romão Xavier fez notar que o seu papel tem estado a mudar, ainda que de forma lenta. "Por exemplo, a organização (OXFAM) que represento já não implementa nenhuma actividade directamente, mas fortifica a sociedade civil moçambicana para liderar os processos. Outras organizações internacionais estão a fazer o mesmo. Então, a sociedade civil moçambicana tem que usar essa oportunidade para se fortificar. Algumas organizações da sociedade civil recebem capacitação e recursos, mas funcionam como se fossem parte do Estado ou do Governo moçam-

bicano. Assim fica difícil".

Por isso, lembrou que a função da sociedade civil é assegurar que o Governo preste contas ao cidadão. "Também há organizações nacionais que agem de forma não honesta, o que também não ajuda. Então, temos que harmonizar a nos-

sa actuação pela paz e desenvolvimento deste país. O Governo tem a responsabilidade de coordenar e liderar, mas nós temos um poder maior sobre o Governo porque, como cidadãos, somos a maioria. Represálias podem existir, mas isso não deve parar o movimento do cidadão".

Participantes falam da necessidade da ajuda humanitária e do diálogo para a resolução do conflito





"Sobre a recomendação de que é preciso desenvolver pesquisas para identificar as raízes do extremismo violento, sou da opinião de que essa actividade deve ser feita por todos os intervenientes e não apenas pela sociedade civil. Em relação à ADIN, devia haver uma recomendação concreta sobre o que essa agência deve ser, porque não conhecemos profundamente as suas competências", Renato Uane, Centro Terra Viva.

"O meu primeiro ponto é sobre as senhas, na componente Humanitária. Na cidade de Pemba existe um sistema de senhas de dinheiro (3.600 meticais) promovido pelo Programa Mundial de Alimentação (PMA) para apoiar os deslocados, mas estes dizem que não têm acesso a essa ajuda. O dinheiro não chega aos destinatários. Como é que nós podemos intervir? O segundo ponto é sobre a Paz. Meus amigos ruandeses

dizem que os militares moçambicanos não são militares porque, no lugar de defenderem as pessoas, promovem a violência, incluindo na cidade de Pemba. Nós como líderes da justiça social devemos repudiar persistentemente tais atitudes".

"Falou-se da necessidade de negociações com os extremistas, mas o Governo tem vindo a dizer que este grupo não tem rosto. Em contrapartida, quando três freiras tinham sido raptadas, houve negociações e elas foram resgatadas. Com quem negociaram e porquê é que não se pode negociar com os tais para a paz? Este é um sinal de que é possível negociar a paz, mas não há vontade política para que haja paz. Deve haver negociação, uma negociação inclusiva, até com a participação das mulheres, porque são as principais vítimas, juntamente com as crianças".





INFORMAÇÃO EDITORIAL

Propriedade: CDD – Centro para Democracia e Desenvolvimento

Director: Prof. Adriano Nuvunga

Editor: Emídio Beula Autor: Emídio Beula Equipa Técnica: Emídio Beula

Layout: CDD

Contacto:

Rua de Dar-Es-Salaam $N^{\rm o}$ 279, Bairro da Sommerschield, Cidade de Maputo.

Telefone: +258 21 085 797

CDD_moz

E-mail: info@cddmoz.org

Website: http://www.cddmoz.org

PARCEIROS DE FINANCIAMENTO















